



© Ana Carolina Fernandes

QUEM PAGA A CONTA?

Taxar a riqueza para enfrentar a crise da
Covid-19 na América Latina e Caribe

www.oxfam.org.br



As previsões de retrocesso econômico e social na América Latina e Caribe são alarmantes. A Covid-19 atinge com força a região, que terá que enfrentar uma contração de 9,4%, uma das mais severas de todo o planeta. As desigualdades, a informalidade e os serviços de saúde insuficientes minam as possibilidades de fazer frente à pandemia. Mas são os mais vulneráveis que pagam a conta: até 52 milhões de pessoas podem cair na pobreza e 40 milhões podem perder seus empregos, um retrocesso de 15 anos para a região.

Mas a Covid-19 não afeta a todos igualmente. Há uma elite que se mantém imune ao contágio da crise econômica. Desde o princípio dos isolamentos, oito novos bilionários surgiram na América Latina e Caribe, ou seja, pessoas cujos patrimônios superaram um bilhão de dólares. As pessoas muito ricas aumentaram sua fortuna em US\$ 48,2 bilhões desde março de 2020, o que equivale a um terço do total dos pacotes de estímulo de todos os países da região.

Para enfrentar esta crise tão profunda, a Oxfam propõe uma série de reformas que recaiam sobre aqueles que têm mais e vêm sofrendo menos na pandemia. Entre outras medidas, um imposto sobre o patrimônio líquido dos mais ricos com o qual se poderia arrecadar ao menos US\$ 14,26 bilhões, cinquenta vezes mais do que agora se arrecada com a elite proprietária de grandes fortunas.

© Oxfam Internacional, julho de 2020

Este informe foi escrito por Susana Ruiz com as contribuições de Carlos Botella, Hernán Cortés Sáenz, Jaime Atienza, Iñigo Macías e Pablo Andrés Rivero, em sua elaboração, e as contribuições de Christian Ferreyra. A Oxfam agradece a colaboração de Asier Hernando, Armando Mendoza, Jefferson Nascimento, Damaris Ruiz, Max Lawson e Patricia Espinoza. É parte de uma série de documentos dirigidos a contribuir com o debate público sobre políticas humanitárias e de desenvolvimento.

Para mais informação sobre os temas aqui tratados, por favor entre em contato com Jefferson Nascimento, coordenador de políticas e pesquisa em justiça social e econômica da Oxfam Brasil: jefferson.nascimento@oxfam.org.br.

Esta publicação está sujeita a *copyright* mas o texto pode ser utilizado livremente para a incidência política e campanhas, assim como no âmbito da educação e da pesquisa, desde que indicada a fonte de forma completa. O titular do *copyright* solicita que qualquer uso de sua obra seja comunicado com o objetivo de avaliar seu impacto. A reprodução do texto em outras circunstâncias ou seu uso em outras publicações, assim como em traduções ou adaptações, poderá ser feito depois de obtida permissão e pode requerer o pagamento de uma taxa. É possível entrar em contato conosco por correio eletrônico por meio do endereço: contato@oxfam.org.br.

ISBN 978-1-78748-631-7; DOI: 10.21201/2020.6317

A informação nesta publicação está correta quando se enviou para a impressão.

Foto da capa: Rio de Janeiro, 27 de maio de 2020. Jovens com máscaras fazem malabarismos com bolas de tênis nos semáforos da Barra da Tijuca. Durante muitos anos as pessoas que caminham pelas ruas da cidade se acostumaram a ver crianças e jovens que ganham dinheiro dessa forma. Foto de Ana Carolina Fernandes/@covidlatam.

1 INTRODUÇÃO

A região da América Latina e Caribe se converteu, desde 1º de junho, no novo epicentro da crise sanitária da Covid-19, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). Os contágios diários e as taxas de expansão superam as dos Estados Unidos ou as da Europa, com um devastador efeito social. As medidas de isolamento e de distanciamento social, extremamente severas e/ou prolongadas em alguns países, não conseguiram conter a expansão do vírus.

A região mais desigual do planeta se converteu também no epicentro da crise econômica e todos os indicadores econômicos correspondentes fazem soar os alarmes. Os elevados níveis de desigualdade e pobreza, preexistentes à crise, somados à alta informalidade e a administrações públicas com recursos insuficientes são um efeito multiplicador que explica a vulnerabilidade da região e limita sua capacidade de conter a pandemia.

O paradoxo é que esta crise não afeta a todos igualmente. Desde o princípio dos isolamentos, **oito novos bilionários surgiram** na região, ou seja, **um novo bilionário a cada duas semanas**,¹ enquanto se estima que até 52 milhões de pessoas se tornarão pobres e 40 milhões perderão seus empregos este ano². A riqueza dessa elite de super milionários da região cresceu 17% desde meados de março: **US\$ 48,2 bilhões**³, que equivalem a **38%** do total dos pacotes de estímulo que o conjunto de governos implementou⁴ e a **nove vezes** a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) com empréstimos de urgência à região até o presente momento⁵.

Em 12 de março, as bolsas mundiais sofreram em um único dia o maior abalo de sua história. O pânico e a reação em cascata após a declaração da pandemia e o início de isolamentos em muitos países levaram algumas bolsas de valores a perderem até 30% de seu valor de mercado. Em poucos dias o efeito do contágio chegou aos mercados latino-americanos, que perderam entre 10% e 15%. Sem dúvida o portfólio de ativos financeiros dessa elite foi afetado. No entanto, suas fortunas são um antídoto que lhes permite contar com uma capacidade de reação para rapidamente recolocar seus investimentos em ativos mais seguros ou rentáveis, assim como aproveitar as oportunidades do mercado.

Duas realidades contrapostas. Em uma região na qual cerca da metade da população ganha para garantir o dia e a informalidade é a realidade do mercado de trabalho, a opção é se expor ao contágio ou morrer de fome. Para a grande maioria da população, o isolamento acabou por abocanhar magras poupanças ou mostrou a vulnerabilidade dos serviços públicos que não conseguem garantir cobertura nem direitos. Por outro lado, ser extremamente rico na região significa estar praticamente imune a esta crise econômica. Durante as últimas décadas, vem se desmantelando a cobrança de impostos sobre grandes fortunas, até o ponto em que, na atualidade, apenas três países contam com um imposto sobre patrimônio: Argentina, Colômbia e Uruguai. Com o desenho atual do imposto sobre patrimônio, no melhor dos casos, se arrecadaria um total máximo de **US\$ 281 milhões**⁶ dos bilionários da região.

Se fosse aplicado um imposto extraordinário sobre as grandes fortunas⁷, com caráter progressivo, entre 2% e 3,5% em cada país, sobre os patrimônios acima de US\$ 1 milhão, seria possível arrecadar até **US\$ 14,26 bilhões, cinquenta vezes mais**⁸. Mas essa sempre será uma estimativa conservadora. A escassez de dados confiáveis sobre concentração e distribuição de riqueza faz com que os cálculos sejam aproximações. O que é efetivamente indiscutível é que a urgência por mecanismos públicos que contribuam com a reativação econômica e protejam o emprego, assim como as pessoas mais vulneráveis, requer romper com os tabus tributários e os dogmas econômicos do passado.

Segundo estimativas da Oxfam, a perda de receitas tributárias para 2020 poderia chegar a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) da região: **US\$ 113,391 bilhões**⁹, **o equivalente a cerca de 59% do investimento público em saúde de toda América Latina e Caribe**. Para alguns países, como Peru ou Colômbia, isso pode indicar uma queda de quase 30% de sua arrecadação anual. A queda da receita tributária torna impensável imaginar que se possa abordar a recuperação da

capacidade fiscal dos países pelas vias tradicionais. São necessárias medidas de urgência, extraordinárias e estruturais, ao passo que se corrija as deficiências do passado.

Em parte, esta queda também poderia ser compensada a través uma luta efetiva contra os paraísos fiscais, que continuam sendo um filtro pelo qual escapam imensos recursos além de gerar uma competição desleal. Com base em dados do FMI¹⁰ e da Rede de Justiça Fiscal (*Tax Justice Network - TJN*)¹¹, a Oxfam estima que 1 de cada 5 dólares de investimento estrangeiro direto (IED) entra ou sai da região por meio de algum paraíso fiscal. Países Baixos, Luxemburgo, Suíça ou Panamá são alguns dos territórios preferidos. De fato, alguns dos países mais reconhecidos pela agressividade de suas práticas fiscais têm ganhado terreno, operando como ponte para a entrada de investimentos na região. No caso do Brasil, por exemplo, 20% do investimento chega ao país através dos Países Baixos, o dobro do que chega diretamente dos Estados Unidos¹², com um crescimento de 257% ao longo dos últimos 10 anos¹³. Talvez, o mais surpreendente é como o uso do Panamá como ponte para a entrada de investimentos na Guatemala cresceu 738%, ou a Suíça crescendo 697% para a Colômbia, ao passo que o investimento da Espanha caiu 8% neste mesmo período, ao longo de uma década¹⁴.

Quadro 1

	Argentina		Brasil		Colômbia		Peru		República Dominicana		El Salvador	
IED	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída
Paraísos fiscais	24%	9%	25%	35%	30%	40%	21%	20%	21%	71%	34%	24%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do FMI e TJN – IFF Tracker. Os dados correspondem a 2018.

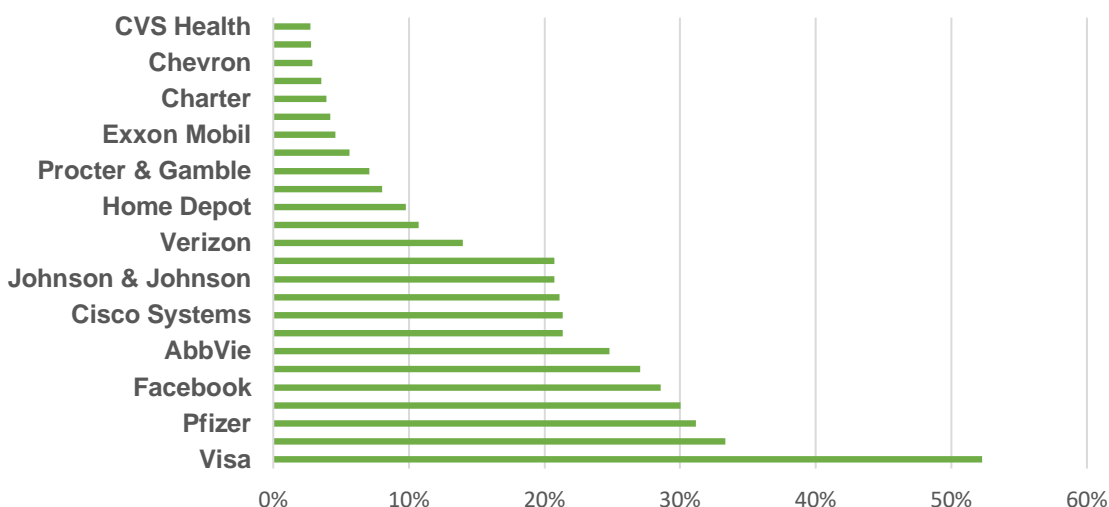
Esta crise colocou em foco a ação dos Estados, que têm a responsabilidade primordial de garantir a proteção de toda a população e de assegurar que tipo de recuperação econômica se colocará em marcha uma vez passada a emergência sanitária. Os governos devem optar por uma resposta que priorize as necessidades do conjunto da sociedade diante dos interesses dos grandes grupos econômicos. Recorrer a um maior endividamento público pode dar um alívio temporário, que trará, no entanto, consequências, e limitará o desenvolvimento das gerações futuras. Durante décadas, a região se esquivou das reformas tributárias mais urgentes, com certa alergia a taxar a riqueza e o capital. Assim, perdeu capacidade e progressividade, o que deixou imensos buracos pelos quais escapam enormes recursos que se tornam ainda mais importantes. Agora, porém, essas reformas são impostergáveis.

A pandemia e suas incontáveis consequências afetam a todas e todos. Enfrentá-la e reconstruir o futuro irá demandar um esforço coletivo. Mas é evidente que a crise não nos afeta igualmente. Há quem perdeu muito e, ainda assim, continua colaborando a esse esforço comum por meio dos cuidados, trabalho e impostos. Não se pode demandar mais de quem tem menos; esta crise não pode ser paga por quem sempre acaba pagando a conta. É chegado o momento daqueles que concentram a riqueza, daqueles que se beneficiaram significativamente durante as últimas décadas e das grandes empresas que estão alcançando expressivos lucros em meio à crise, contribuir muito mais ao esforço do conjunto da população.

Enquanto milhares de micros, pequenas e médias empresas estão fechando as portas, os ganhos de grandes corporações como Microsoft, Visa ou a farmacêutica Pfizer cresceram entre 30% e 50% desde o início do ano. Um recorde, compartilhado por um punhado de grandes empresas que estão vendo como seus resultados dispararam como consequência da pandemia, resultados tão extraordinários como inesperados, atribuível ao efeito dos isolamentos¹⁵.

Gráfico 1

Margens de lucro durante a pandemia: as 25 principais empresas dos Estados Unidos (2020)



Fonte: Oxfam. Pandemic Profits Exposed, Julho/2020.

Brasil: foco da pandemia alimentada pelas desigualdades

Com mais de 1,7 milhão de infectados e de 69 mil mortos até a data de 9 de julho, o Brasil é o epicentro da Covid-19 na região¹⁶. Desde o final de fevereiro até hoje, o país chegou à vice-liderança mundial por pessoas contaminadas e mortes. Esses números ainda parecem estar amplamente subestimados, já que a subnotificação de casos é reconhecida até mesmo pelas autoridades públicas. O Brasil testa sete vezes menos (por milhão de habitantes) que os Estados Unidos, país que encabeça o ranking de infectados, e 3,5 vezes menos que o Peru, segundo país latino-americano em casos.

A trajetória do vírus é uma fotografia das profundas desigualdades do país. Antes da Covid-19, o Brasil tinha 40 milhões de trabalhadores informais e 11,9 milhões de desempregados, muitos sem proteção social. As expectativas apontam que o desemprego pós-pandemia pode aumentar para taxas de 15%, com 16 milhões de desempregados¹⁷. Ao redor de 5 milhões de moradias estão localizadas em favelas, em grande parte sem acesso a água tratada e saneamento básico e com alta densidade de pessoas por residência. E isso quando a higienização e o distanciamento social são essenciais para evitar a propagação do vírus. A essas cifras se soma o racismo estrutural do país onde 75% dos mais pobres são pessoas negras (pretos e pardos, por definição do IBGE)¹⁸. Não surpreende que os números mostrem que as pessoas negras e pobres correspondam ao perfil de vítima mais comum da Covid-19 no Brasil, representando 6 de cada 10 mortes.

Desde uma perspectiva de negócios, o país tem 6,4 milhões de estabelecimentos comerciais, 99% dos quais são Micro e Pequenas Empresas (MPE), que representam 52% dos empregos formais no setor privado.¹⁹ O impacto da Covid-19 atingiu em cheio esse setor, que é fundamental para a economia, e já assistiu ao fechamento de mais de 600 mil empresas enquanto enfrenta enormes dificuldades para ter acesso aos recursos anunciados pelo governo federal sob a forma de empréstimos.

Com a miséria que os meios de comunicação apresentam diariamente e a pressão social, o governo anunciou um sistema de auxílio de emergência. A Renda Básica Emergencial, com o valor de R\$ 600 mensais, foi aprovada pelo Congresso Nacional, a partir de um trabalho conjunto com a sociedade civil, e implementada pelo governo federal. Inicialmente programada para três meses, se estenderá por mais dois, e já atende a mais de 45 milhões de pessoas (sendo que a demanda de atendimento da população pode passar do dobro). Além disso, com o cenário de desemprego e a queda da economia (as estimativas são de

um PIB negativo variando entre 6 e 10% para 2020), o complemento da renda básica seguirá sendo extremamente necessário por um período muito mais longo.

A recuperação dos impactos da Covid-19 implica uma reconstrução social e econômica do país. E para que isso ocorra é necessária uma reforma tributária que seja justa e solidária, que enfrente as distorções e privilégios existentes no sistema tributário nacional e que tenha como uma de suas prioridades a redução das desigualdades. Este tema está na agenda política do Congresso Nacional, no entanto, a orientação que se está delineando parece ter como fim simplificar o desenho tributário e a desoneração dos investimentos. Uma reforma com essas características ficaria muito distante daquilo que o país necessita para garantir as políticas econômicas e sociais necessárias para um desenvolvimento social e econômico que seja justo e sustentável. Essa será a primeira prova de aprendizagem das instituições e da sociedade brasileira baseada no sofrimento causado pela pandemia. A economia deve estar a serviço do desenvolvimento da sociedade em seu conjunto. A humanidade deve ser resgatada dos seres humanos!

2 COVID-19, UMA NOVA CRISE QUE SE SOBREPÕE A VELHAS DESIGUALDADES

A América Latina e Caribe, a região mais desigual do mundo, enfrenta um cenário de **contração econômica** severa. Será a região que registrará a maior retração econômica do mundo por causa da pandemia, com uma queda de 9,4 % do PIB regional em 2020, e a que passará por uma recuperação mais lenta²⁰. Em apenas três meses, o FMI piorou em 89% as suas próprias previsões. A pobreza, a extrema pobreza e a desigualdade aumentarão em todos os países da região. Até 52 milhões de seus habitantes podem cair na pobreza como resultado da pandemia, o que significaria um retrocesso de 15 anos de lutas contra a pobreza²¹. De fato, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) considera que **a desigualdade crescerá este ano acima de 1,0% do índice de Gini, sendo que em alguns países pode chegar a 8%**²². Nenhum país estará imune.

Quadro 2

Contração do PIB por região Projeções de junho de 2020				Diferença com projeções do FMI de abril 2020	
	Crescimento 2019	Projeção 2020	Projeção 2021	Projeção 2020	Projeção 2021
Ásia, economias emergentes, em desenvolvimento	5,5	-0,8	7,4	1,0	8,5
África Subsaariana	3,1	-3,2	3,4	-1,6	4,1
Estados Unidos	2,3	-8,0	4,5	-5,9	4,7
Zona Euro	1,3	-10,2	6,0	-7,5	4,7
América Latina e Caribe	0,1	-9,4	3,7	-4,2	0,5
Argentina	-2,2	-9,9	3,9	-4,2	-0,5
Brasil	1,1	-9,1	3,6	-3,8	-0,7
Colômbia	3,3	-7,8	4,0	-5,4	0,3
Peru	2,2	-13,9	6,5	-9,4	1,3

Elaboração própria. Fonte FMI, World Economic Outlook Update. Junho 2020²³

O Banco Mundial considera que o maior custo econômico da pandemia se dará nos “países com uma grande dependência do comércio mundial, do turismo, das exportações de produtos básicos e do financiamento externo”²⁴: precisamente, o caso dos países latino-americanos e caribenhos.

A paralisia da economia global provocou uma queda acentuada de **receitas externas** para a região. Essa dependência, em múltiplas camadas e sem mecanismos de controle adequados (incluindo os controles de capitais), gera uma grande fragilidade em relação a decisões que são tomadas em mercados internacionais. Durante as seis primeiras semanas desde que a crise estourou, saíram dos países emergentes US\$ 100 bilhões de investimento estrangeiro, a maior fuga de capitais já registrada²⁵, ainda que se perceba uma certa dinâmica de recuperação desde o mês de abril. A Cepal estimou uma queda no valor das exportações da região próxima a 15%, uma diminuição dos preços de exportação de 8,8% e um possível cenário de redução de receitas do turismo próxima a 30% ou mais em 2020²⁶. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), a entrada de turistas internacionais na América Latina e Caribe caiu 88% em abril de 2020 em relação ao mesmo período de 2019²⁷.

Ao mesmo tempo, está previsto para este ano a maior queda de remessas da história, com uma redução de fluxos para a região, de 19,3%²⁸. De fato, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad, por sua sigla em inglês) antecipou que o IED se reduzirá à metade este ano²⁹, o que poderia levar os países a recorrerem a maiores incentivos tributários para atrair investimentos ou inclusive cortes de tipos nominais de imposto sobre a renda pessoa jurídica. Em ambos casos, o risco é que se acelere a competição fiscal às custas de perdas tributárias, o que não necessariamente assegura um retorno em valor.

Antes da pandemia começar, a região já se encontrava em sérias dificuldades, com um cenário de baixo crescimento, alta desigualdade, níveis de informalidade em torno de 53%³⁰ e, aproximadamente, 150 milhões de pessoas trabalhando na informalidade³¹. Com uma precariedade mais profunda, as mulheres tinham uma participação 25,9% menor que a dos homens no mercado de trabalho, um salário 17% menor³² e realizando 77% do trabalho não remunerado³³. O déficit de serviços básicos já era crônico, com uma em cada cinco pessoas vivendo em favelas, mais de um terço em moradias sem saneamento básico³⁴, dois médicos e dois leitos a cada mil habitantes e cerca de um terço da população sem acesso a serviços de saúde por falta de recursos econômicos³⁵.

As finanças **públicas** também apresentavam sintomas de tensão e alerta. A dívida pública bruta dos governos nacionais alcançou 44,8% do PIB regional em 2019 (15% maior do que em 2011), com alguns casos com cifras mais elevadas, como Argentina (89,4%) ou Brasil (75,8%)³⁶.

A arrecadação fiscal ficou ancorada em uma carga tributária de 23,1% do PIB para o conjunto da região, 11 pontos abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).³⁷ Os arranjos tributários dos países da América Latina e Caribe se caracterizam por contar, dentro de sua heterogeneidade, com sistemas fiscais mais frágeis e regressivos, enquanto são mantidos enormes buracos, pelos quais os lucros e patrimônios ainda escapam em direção a paraísos fiscais. Diante do pacote de estímulos econômicos em resposta à crise que, segundo a Cepal, representou algo em torno de 3,2% do PIB da região, vale dizer que em 2018 a organização estimou que os governos haviam perdido cerca de 6,1% do PIB regional por elisão ou evasão tributárias, 1,6% por fluxos financeiros ilícitos e 3,7% por gastos tributários (incentivos)³⁸. No conjunto, com os impostos que se deixam de receber por outorgar incentivos fiscais às empresas, se poderia aumentar em 50% o total de investimento em saneamento público na região segundo um estudo elaborado pela Cepal e Oxfam³⁹.

A combinação destas debilidades na arrecadação tributária e uma elevação progressiva dos níveis de dívida bruta muito acima do crescimento das receitas reduziram consideravelmente o espaço fiscal líquido. Os resultados foram que **a capacidade de gasto público** foi atingida e a sustentabilidade financeira da maioria dos países da região⁴⁰ piorou.

A dívida pública como problema e oportunidade para a América Latina e Caribe

A região não entrou na crise da Covid-19 super endividada, mas sim com uma sensação de relativo saneamento fiscal (salvo alguns países), que geraram uma falsa sensação de relaxamento fiscal. É certo que antes da crise já eram graves as tensões na Argentina, Venezuela e Equador, mas não se podia falar de uma situação de super endividamento generalizado com uma média de dívida sobre o PIB de 43,2%⁴¹ (metade do índice da Espanha para esse mesmo indicador). Mas a chegada da Covid-19, com seu efeito depressor sobre a economia, traz grandes necessidades de financiamento em que a dívida externa deverá ter um papel determinante. A realidade é que o conjunto da região enfrenta esta crise com uma margem fiscal limitada.

A maioria dos países têm um nível de renda média, o que os exclui dos mecanismos de financiamento com mais concessões e do primeiro nível de alívio da dívida, normalmente focado nos países com renda baixa. No entanto, é inevitável uma abordagem para a região que considere um tratamento de alívio da dívida em seu conjunto, oferecendo espaço fiscal que os países necessitam diante da acelerada queda da arrecadação pública.

Nessa complicada equação encontra-se o risco para a região: não existe por aqui a mesma flexibilidade aparentemente ilimitada que estão exibindo instituições como o Banco Central Europeu (BCE) ou o Federal Reserve (o banco central dos Estados Unidos) para executar políticas monetárias agressivas de forma contínua. Ou seja, o financiamento externo será necessário. Também o financiamento público é insuficiente, ainda que o FMI já tenha liberado créditos “de emergência” para vários países (Bolívia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e várias ilhas do Caribe), como também linhas de crédito flexível, de amplo alcance, para Peru (US\$ 11 bilhões)⁴² e Chile (US\$ 23,93 bilhões)⁴³.

Não se pode pensar que exista um escudo protetor sobre a queda da receita fiscal, especialmente nos países exportadores de matérias primas, dependentes do turismo ou receptores de remessas.

A missão principal – quando se pensa nos próximos anos – é evitar que a região perca os avanços que conquistou e entre em uma “década de retrocessos”. Para isso – como em outras regiões –, será essencial negociar uma suspensão inicial (desejavelmente, um cancelamento completo de pagamentos) da dívida dos anos 2020 a 2022.

Esses recursos liberados deveriam ser canalizados para os sistemas públicos de saúde – historicamente subfinanciados e que hoje se encontram sob extrema pressão – e para o financiamento de linhas de apoio para os setores sociais mais impactados e para as entidades que realizam atividades produtivas com maior impacto social, como as micros, pequenas e médias empresas, que geram cerca de 67% do emprego na região⁴⁴. Os recursos previstos para pagar a dívida devem ser redirecionados para esses fins com planos transparentes, verificáveis e acordados entre todas as partes.

Os agentes e credores privados não podem ficar à margem e pretender que seus ativos não percam valor enquanto a economia em seu conjunto despenca.

É necessário fazer todo o possível para evitar uma crise mais profunda e contínua. O alívio da dívida pode operar como um colchão temporário, permitindo, primeiro, responder ao impacto e, posteriormente, abordando uma recuperação sem pressões asfixiantes que tornem impossível o equilíbrio fiscal e a justiça social.

Alguns avanços podem ser encontrados no caso argentino, que já antes da crise colocou a necessidade de uma negociação da dívida, a partir de uma reestruturação que incluía um período de três anos sem pagamentos, o cancelamento de todos os juros dos bônus e uma pequena redução de capital (4%). Entretanto, é possível que hoje, devido à pandemia, isso já seja insuficiente uma vez que as estimativas em relação à profundidade e duração da crise são cada dia mais pessimistas.

A resposta dos mercados de dívida a esse tipo de propostas será uma pedra de toque em relação ao que podemos esperar das próximas e inevitáveis situações de tensão financeira.

Além disso, o maior “balão de oxigênio” que poderia receber a região – para além do alívio da dívida – seria a emissão de um volume extraordinário, mas possível, de direitos especiais de saque (DES) da reserva internacional administrada pelo FMI, tal como já propôs a Cepal⁴⁵ e outras organizações⁴⁶. Uma linha de emissão desse tipo daria liquidez aos bancos centrais da região a taxas muito baixas de juros.

A crise produzida pela Covid-19 acaba de começar para América Latina e Caribe e será longa. As novas fontes de financiamento e de alívio da dívida terão uma importância essencial para enfrentá-la. Nesse campo, um primeiro sinal poderia ser o acordo – ou desacordo – entre Argentina e seus credores privados, depois de receber o aval do FMI, que considera insustentável essa dívida.

O objetivo primordial da resposta dos governos deve ser **proteger a vida das pessoas** e, especialmente, de quem tem sido mais afetado pela crise e pela desigualdade histórica da região. A desigualdade tem caráter multidimensional, ou seja, afeta a distintos âmbitos da vida das pessoas, como saúde, educação, trabalho e participação política. Por isso, deveria contar de forma imediata com os meios necessários para a atenção sanitária e com os recursos que garantam o bem-estar básico de todas as pessoas, com um olhar interseccional, que inclua o cruzamento dos múltiplos eixos da opressão, como raça e gênero.

A crise ampliou e visibilizou muito mais as brechas econômicas e sociais. Isso, a médio e longo prazo, implica proteger a atividade econômica, a geração de emprego, os empreendimentos autônomos e a receita do Estado. Com a crise mais aguda em quase cem anos e uma queda sem precedentes da arrecadação pública, todos os países estão desafiados a tomar decisões críticas em relação a quem alcançará o apoio do Estado, a orientar as políticas públicas e definir quem se beneficiará dos pacotes de resgate.

Durante o isolamento, em sociedades em que um a cada dois trabalhadores está na informalidade e com setores quase totalmente paralisados, a **proteção do trabalho** se converteu em um eixo central para a proteção das pessoas e da economia. A ausência desta proteção tem sido especialmente nefasta para as mulheres e jovens. Trata-se de uma geração que necessita de respostas e planos concretos.

Entre as medidas que se deve adotar, é prioritário estabelecer mecanismos públicos que impeçam as demissões enquanto dure a pandemia e direcionar fundos públicos para resguardar as fontes de trabalho, especialmente as micro, pequenas e médias empresas, que são a maior fonte de emprego na região.

A responsabilidade primeira em desenhar a resposta e em definir a quem deve chegar recai sobre os governos, cujas decisões erráticas do passado aprofundaram as brechas da desigualdade. Mas a comunidade internacional não pode olhar para o outro lado. Além dos apoios para garantir a mobilização de recursos domésticos, créditos internacionais e investimento privado, a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) tem um papel relevante no financiamento da resposta à crise gerada pela Covid-19 na região.

COVID-19 e AOD na América Latina e Caribe

Para fazer frente a essa crise sem precedentes, os doadores deveriam incrementar de maneira rápida e decidida os fundos para a assistência internacional. A Oxfam estima⁴⁷ que os países ricos deveriam mobilizar cerca de US\$ 300 bilhões como ajuda para responder à atual crise, o que representa unicamente 6% do estímulo econômico interno com o qual se comprometeram.

Este apoio deve priorizar medidas preventivas, saúde, proteção social e segurança alimentar, para conter a pandemia e salvar vidas, respeitando os princípios de qualidade da assistência e contribuindo para a construção de sociedades mais justas e melhor preparadas

frente a futuras crises.

Entretanto, a realidade é que durante os últimos anos a região viu uma retirada progressiva da AOD, o que responde ao processo de graduação⁴⁸, em consequência de a maioria dos países (25 de 33) já passaram a ser classificados como países de renda média (PRM)⁴⁹. Esse processo e os desafios derivados da atual crise deveriam ser tomados como uma oportunidade para revitalizar o debate sobre o desenvolvimento regional e reajustar as regras do jogo da cooperação internacional.

Agora mais que nunca, tomando como partida a **nova narrativa de desenvolvimento em transição**⁵⁰, para os PRM, se faz necessária uma agenda de transição transformadora com a finalidade de: 1) explorar instrumentos e estratégias inovadoras de cooperação; 2) revisar o marco de governança global da cooperação considerando uma “Agenda 2030” mais sistêmica e universal; e 3) repensar a capacidade e os mecanismos do Estado para responder às expectativas de uma cidadania cada vez mais digitalizada⁵¹.

A AOD deve realizar sua colaboração diferencial não só em termos de fundos, mas também em relação a prioridades temáticas. Por exemplo, é fundamental apoiar as organizações da sociedade civil (OSC) e movimentos sociais em seu trabalho de defesa dos direitos humanos, em sua luta contra as desigualdades em um contexto de fechamento de espaços, que pode se agravar por conta do tipo de resposta à pandemia, o que afetará principalmente a migrantes, refugiados, mulheres, povos indígenas, comunidades afrodescendentes, camponeses e pessoas LGBTQI+, entre outros. No entanto, as OSC receberam um apoio insuficiente entre 2014 e 2017. Um recente informe⁵² revela que as OSC latino-americanas e internacionais que operam na região tiveram um acesso exclusivo a só 8% de convocatórias da AOD (equivalente a menos de 12% de seus fundos), enquanto o setor privado teve um acesso três vezes maior.

O apoio às OSC pode ter múltiplos efeitos positivos, tais como conexão com outras vias de financiamento, contribuição com os esforços de mobilização de recursos domésticos, promoção de reformas fiscais redistributivas, fortalecimento do trabalho digno, acompanhamento do monitoramento de fundos para a luta contra a Covid-19, avaliação de seu impacto na redução de brechas e seu alinhamento com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), entre outros.

A complexidade e profundidade da crise deixa claro que temos adiante um longo e difícil caminho, com distintas condições, desafios e etapas, que requererá a contribuição de todas e todos, especialmente daqueles que mais possuem, para evitar que se dispare mais a desigualdade. Relacionado a isso, na sequência, apresentamos uma série de **medidas fiscais** que consideramos imprescindíveis e de implementação imediata a médio/longo prazo.

3 DIANTE DA CRISE SOCIAL, REFORMAS FISCAIS DE URGÊNCIA

O impacto da pandemia em um contexto de limitada margem fiscal já provocou um incremento da dívida e fez disparar o déficit. Em maior ou menor grau, todos os países implementaram pacotes de estímulo que equivalem a 2,7 % do PIB (sem contar com os créditos garantidos)⁵³. A Oxfam estima que a queda das receitas para o conjunto de países representará ao menos 2% do PIB, cerca de US\$ 113,391 bilhões. As medidas de isolamento e o grande freio da atividade

econômica no âmbito internacional também estão sendo catastróficos para a arrecadação tributária e, em alguns países, como Peru ou Colômbia, isso pode significar uma queda de quase 30% de sua arrecadação anual.

A urgência sanitária e econômica requer, portanto, medidas tributárias com a mesma velocidade. Inclusive, para organismos internacionais, como o FMI⁵⁴, a OCDE⁵⁵ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o consenso é amplo em insistir na necessidade de buscar mecanismos não tradicionais. A Oxfam propõe uma bateria de **novas figuras tributárias** com caráter temporário, soluções urgentes e de aplicação imediata, para cobrir parcialmente a queda de receita pública.

O custo da recuperação econômica deve recair principalmente sobre quem menos tem sofrido com a crise, os setores sub-tributados no passado devido às deficiências do sistema fiscal internacional e aqueles que tiveram seus lucrados aumentados de forma inesperada. São medidas com caráter progressivo e sem efeito de distorção sobre o crescimento ou a atividade econômica⁵⁶.

1. Imposto extraordinário às grandes fortunas

A riqueza praticamente deixou de ser fiscalizada na América Latina e Caribe. Os níveis de arrecadação são absolutamente marginais sobre o conjunto da receita pública. Somente três países da região contam com algum tipo de imposto sobre o patrimônio líquido (Argentina, Colômbia e Uruguai). Recentemente, apenas alguns impostos sobre a propriedade começaram a tomar corpo, ao passo que os tributos sobre as rendas de capital são mínimos e sobre as heranças inexistem. O resultado é que os 10% mais ricos da população pagam apenas uma taxa de 4,8 %⁵⁷ sobre suas rendas.

Proposta: os países devem aplicar um imposto sobre os patrimônios líquidos a partir de US\$ 1 milhão, sendo isenta a primeira moradia até US\$ 300 mil.

Com caráter progressivo, se aplicariam as seguintes taxas:

- 2% para os patrimônios líquidos entre 1 e 50 milhões de dólares;
- 3% para os patrimônios líquidos entre 50 e 100 milhões de dólares;
- 3,5% para os patrimônios líquidos acima dos 100 milhões de dólares;

Com o desenho atual de imposto sobre patrimônio líquido, existente em apenas três países, no melhor dos casos, **se arrecadariam no total um máximo de US\$ 281 milhões**. Caso se aplicasse em todos os países um imposto extraordinário às grandes fortunas com caráter progressivo, **a arrecadação poderia chegar a US\$ 14,260 bilhões, cinquenta vezes mais**.

É impensável abordar a recuperação econômica diante dessa crise sem romper com o tabu da sub-tributação da riqueza. É urgente contar com a **colaboração extraordinária das rendas muito altas, das grandes fortunas e dos grandes patrimônios** em cada país. O FMI incluiu essa medida em suas recomendações para responder à crise, propondo “no formato de *sobretaxa solidária*”⁵⁸, como já ocorreu em outros momentos críticos históricos no mundo⁵⁹.

Para sua implementação, podem se considerar duas opções: 1) um **mecanismo impositivo** de urgência e solidariedade aplicável durante vários anos ou de uma só vez (como se está avançando na Argentina); ou 2) uma **reforma tributária integral** urgente que incorpore também um imposto sobre as grandes fortunas (especialmente em países sem esta figura, como se discute no Peru).

Em termos de eficiência, o imposto sobre patrimônio líquido tem “má reputação”. Mas sua baixa arrecadação (em geral, menos de 1% do PIB na maioria dos países onde se aplica) se deve a desajustes em seu desenho junto com a falta de marcos regulatórios para evitar as fugas ao exterior. A fim de garantir seu máximo potencial, será fundamental que seja acompanhado por um pacote de medidas antievasão fiscal, que já demonstraram resultados positivos. Desde

romper a opacidade dos proprietários finais de contas no exterior ou de sociedades “laranja”, passando por reforçar o nível de intercâmbio de informação entre administrações tributárias ou medidas penalizantes como o *exit tax*.⁶⁰ Em qualquer caso, a existência de altos níveis de fraude e evasão fiscal não pode ser uma justificativa para a inação frente à tributação das grandes fortunas, mas sim um motivo para reforçar a necessidade de reformas. Como resultado, se obterá uma maior equidade e progressividade do desenho tributário. A crise da Covid-19 deve ser um agente de mudança contra a evasão fiscal.

2. Pacotes de resgates públicos a grandes empresas com condições

Nas agendas públicas, já se está pautando enormes planos de apoios setoriais ou específicos para empresas e grandes corporações que viram sua atividade quase totalmente paralisada ou que sofreram perdas consideráveis. É necessário estabelecer **condicionalidades a esses planos de salvamento com fundos públicos** para garantir que as grandes empresas que tenham acesso a programas de ajuda ou à assistência financeira com fundos públicos sejam aquelas que contribuem para gerar valor e retorno social, pensando no futuro. Isso implica adotar medidas que, em parte, já estão sendo recomendadas inclusive por organismos como o FMI⁶¹ ou o Banco Central Europeu (ECB, por sua sigla em inglês)⁶² e que seguem na esteira dos avanços nessa direção na Dinamarca, França ou inclusive Holanda⁶³, assim como Canadá ou Argentina⁶⁴.

Os pacotes de resgates públicos devem, portanto, estar somente dirigidos a empresas que cumpram com determinadas características:

- Não contar com presença ativa (investimentos principais, matrizes ou filiais) em **paraísos fiscais**: *“o dinheiro público destinado a mitigar a crise econômica provocada pela Covid-19 não pode acabar naquelas empresas que usam esses mecanismos fiscais para pagar menos”*⁶⁵.
- Aplicar uma moratória de ao menos três anos no pagamento de **bônus** a altos executivos e distribuição de dividendos a acionistas: o dinheiro público não pode ser destinado a incrementar a riqueza dos investidores e altos cargos.
- Tornar **público** seus principais dados de atividade financeira e fiscal para permitir uma fiscalização parlamentar e social.
- Demonstrar não ter **vínculos** familiares ou econômicos com representantes do governo ou com o poder político governante (incluindo financiamento eleitoral).

3. Imposto sobre resultados extraordinários de grandes corporações

Nem todas as empresas sofrerão os efeitos da crise. Setores como o farmacêutico, grandes cadeias de distribuição e logística, telecomunicações ou a economia digitalizada vivem períodos de alto rendimento. Com os resultados publicados para o primeiro trimestre de 2020, a margem de lucro da Visa cresceu mais de 50% e a de farmacêuticas, como Pfizer, 31%. A cotação na bolsa no índice S&P dos Estados Unidos já recuperou níveis prévios à Covid-19, com algumas empresas, como Microsoft ou Tesla, vendo disparar suas ações; o Mercado Livre valorizou 60% entre janeiro e junho deste ano⁶⁶. A seguir, mostramos os setores mais beneficiados e suas respectivas porcentagens:

- Setor *e-commerce*: + 22%
- Setor tecnológico: +36%
- Setor farmacêutico: + 8%

O outro lado da moeda é a paralisação total do setor turístico durante o isolamento e da grande maioria de micro, pequenas e médias empresas durante os períodos mais restritos. Tal paralisação gerou volumes de faturamento abaixo da metade em comparação com os emitidos em condições normais.

A crise não pode se converter em uma oportunidade para um grupo de empresas obter ganhos extraordinários. Essa situação absolutamente não usual justifica a criação de um **imposto sobre resultados extraordinários de grandes corporações** enquanto dure a pandemia.

Esse imposto consistiria em uma sobretaxa extraordinária e de aplicação temporária ao tipo nominal do imposto sobre a renda empresarial, aplicado sobre aquela parte dos lucros da corporação considerados extraordinários e resultantes da crise. Deveria ser aplicável a todas as empresas com resultados superiores à média dos quatro exercícios anteriores, descontando uma porcentagem do investimento em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D).

Como seria aplicado aos resultados extraordinários, não afetaria empresas em dificuldades para manter suas atividades, não penalizaria a atividade empresarial nem o crescimento, nem geraria uma distorção da propriedade de capital. A duração do imposto deverá estar limitada ao período de recuperação econômica e poderá inclusive ter um caráter progressivo em função dos níveis de rentabilidade. Além do mais, deveria ser aplicado de forma urgente para evitar movimentos contábeis que alterem as taxas de rentabilidade, com fins de elisão.

Já existem precedentes similares que se colocaram em prática em países como Reino Unido, Estados Unidos e Canadá em períodos de guerra: isso contribuiu enormemente para gerar recursos necessários para a reconstrução do país.

Proposta: recuperar uma iniciativa que já esteve em marcha em tempos de guerra nos Estados Unidos, Reino Unido ou inclusive na Espanha. Trata-se de aplicar um “imposto sobre resultados extraordinários por efeito da pandemia”, que taxe em 95% somente os resultados vinculados inteiramente às consequências dessa crise. São receitas tributárias adicionais que poderiam se destinar a mitigar a queda dos recursos públicos e a apoiar a geração de emprego e atividade das empresas mais vulneráveis ou de setores da economia informal.

A modo de ilustração para refletir o potencial desta iniciativa que não castiga a produtividade nem afeta o crescimento, a Oxfam calculou que se poderiam gerar US\$ 80 bilhões em receitas fiscais adicionais⁶⁷ apenas sobre os resultados extraordinários de 25 grandes corporações.

Os benefícios de empresas como Microsoft, Visa ou a farmacêutica Pfizer cresceram entre 30% e 50% desde o princípio do ano. Um recorde compartilhado com um punhado de grandes empresas que estão vendo como seus lucros dispararam simplesmente como consequência da pandemia, resultados tão extraordinários como inesperados, atribuíveis a desdobramentos dos isolamentos⁶⁸.

4. Imposto digital

Antes da crise, se estimava que em 2025 as economias digitais chegariam a representar 40% do PIB regional⁶⁹. O efeito do isolamento só acelerou esse processo, pois o uso de bens e serviços digitais tiveram um grande incremento na região e alguns de seus subsetores foram os mais beneficiados pela crise.

A imprensa mostrou que a Netflix, por exemplo, duplicou sua receita desde o princípio da pandemia, em comparação com o mesmo período do ano passado, e já soma cerca de 15 milhões de novos assinantes, dos quais 2,9 milhões estão na América Latina e Caribe⁷⁰. Já a Amazon aumentou em 27% sua receita, ao ponto de ter que contratar cem mil novos trabalhadores só nos Estados Unidos para dar conta do pico de demanda que experimentou⁷¹.

No entanto, as grandes plataformas digitais vivem em uma total anomalia fiscal. Quando o sistema fiscal internacional foi desenhado, há quase cem anos, ninguém podia antecipar a evolução desses modelos empresariais de corporações digitais, às quais os vazios do sistema fiscal internacional nessa matéria permitiram operar sem tributar praticamente nada nos países onde geram suas receitas. As soluções que a comunidade internacional procura podem tardar

anos em chegar. Mas, no contexto atual, os países não podem esperar. Os Estados devem proteger agora suas bases tributárias e adotar medidas imediatas para **taxar as grandes rendas geradas pelas atividades digitais**.

Para isso, **propõe-se a adoção de duas medidas principais**: 1) criar um **imposto às vendas digitais**, adotando um modelo de taxaço sobre receita de bens e serviços prestados via digital dentro do território nacional, por empresas radicadas em outros países ou sem domicílio fiscal; e 2) implementar os mecanismos necessários para a arrecadação automática do **imposto geral ao valor agregado (IVA) a bens e serviços comercializados via digital**, por empresas radicadas em outros países ou sem domicílio fiscal.

5. Reduzir a carga tributária de lares empobrecidos

Em um período de crise em que as famílias reduziram ou perderam suas fontes de renda, não se pode demandar mais sacrifícios através da tributação. O sustento fiscal já recai de maneira desproporcional sobre as famílias, especialmente mediante o consumo. Do total de arrecadação fiscal na região, 51% provém de impostos sobre bens e consumos, 20 pontos a mais que nos países da OCDE⁷². Em crises passadas, tanto os governos como as recomendações dos organismos internacionais optaram pela via fácil de elevar a tributação sobre o consumo para gerar rapidamente novas receitas.

Nesse contexto, não só seria contraproducente implementar altas generalizadas de impostos sobre o consumo, como o IVA ou os seletivos, mas é necessário reduzir a carga tributária dos lares vulneráveis, mediante a aplicação temporal de um **imposto reduzido ao consumo** dos bens de primeira necessidade e importação de bens de uso sanitário.

Tais medidas deveriam considerar o seguinte: 1) **reduzir a zero** os impostos sobre o consumo de produtos de uso sanitário e cesta básica familiar; 2) **suprimir as taxas** de importação de materiais sanitários e medicamentos de primeira necessidade; 3) **eleva os tipos do IVA** sobre bens de luxo e, especialmente, sobre bens que supõem um impacto ambiental negativo.

Países como Alemanha já optaram por uma diminuição temporal do IVA, de 19% a 16%⁷³. Esta medida gera ainda um importante impacto na **redução de discriminações de gênero “implícitos”**, ao passo que reduz a carga tributária pela via do consumo, principalmente para as mulheres de famílias vulneráveis, a quem foi imposto uma maior ocupação nas tarefas de cuidado.

A temporalidade dessas medidas deveria alcançar toda a fase de isolamento e os seis meses seguintes, incluindo sua ativação posterior no caso de um ressurgimento local da pandemia e da aplicação das correspondentes medidas de isolamento.

4 FASE DE RECUPERAÇÃO, AS REFORMAS PENDENTES

Os sistemas tributários na América Latina e Caribe já estavam afetados em seu nervo central, com arrecadações por debaixo de seu potencial, desenhos regressivos, ineficientes privilégios fiscais e elevadas fugas em direção a paraísos fiscais. Para recuperar a saúde tributária, é preciso superar as históricas **inequidades fiscais** que se arrastam, adotar uma **orientação progressiva** que inclua a eliminação de discriminações de gênero e raça e contar com uma maior **capacidade tributária**. Não pode haver margem para a evasão fiscal, o ocultamento de ativos e bens em paraísos fiscais ou o desperdício em privilégios fiscais.

É hora de uma **“nova normalidade” tributária**, mais resiliente, menos volátil e dependente do mercado de *commodities*. Se a crise produzida pela Covid-19 requer **medidas extraordinárias** em matéria tributária, a fase de recuperação posterior não poderá deixar de lado os atrasos que se arrastarão. Será inevitável impulsionar **reformas tributárias integrais** que ampliem a base tributária e incremente a contribuição daqueles que mais se beneficiaram e que permita financiar um conjunto de serviços públicos avançados, baseados em direitos, que reforcem **a importância do público** para reduzir as desigualdades. Com relação a isso, recomendam-se as seguintes medidas.

1. Arrecadar mais para blindar as políticas sociais

Os governos devem firmar objetivos claros na recuperação da **capacidade tributária**, não só para diminuir a queda de receita por conta da crise, mas para alcançar a **média regional** no prazo de cinco anos, assegurando que as receitas da ampliação arrecadatória se destinem exclusivamente ao mais importante: saúde, educação e proteção social.

2. Reduzir a regressividade do mix fiscal

Em um prazo de cinco anos, deve-se **reequilibrar a distribuição das cargas tributárias** entre impostos indiretos e diretos, entre distintos estratos sociais, entre o trabalho e o capital, e entre o consumo e a riqueza. Isso significa **reordenar a estrutura tributária priorizando os impostos diretos sobre os níveis mais altos de renda, riqueza, propriedade e rendimentos de capital**; e aliviando a carga tributária dos setores econômicos e sociais mais vulneráveis, com particular ênfase na agricultura familiar e camponesa, as micro, pequenas e médias empresas e às mulheres empreendedoras.

É fundamental incorporar na progressividade do sistema tributário medidas orientadas a eliminar as **discriminações implícitas de gênero**, principalmente nos impostos indiretos, mediante a redução de tipos impositivos ao consumo de bens e serviços básicos dos lares e, particularmente, das mulheres (o chamado “imposto rosa”), assim como reduções tributárias às rendas em lares monoparentais ou numerosos, como formas de compensação e apoio à economia do cuidado.

3. Deter a enorme perda de arrecadação por conta da evasão fiscal

Para ampliar a capacidade de arrecadação e recuperar a equidade tributária, devemos fechar os desagues que permitem a evasão e a elisão fiscal, assim como a inadequada utilização de benefícios e incentivos tributários. Para isso, os governos devem:

- Fixar uma **meta de redução** da evasão fiscal, de, pelo menos, 50% durante os próximos cinco anos.
- Acabar com a opacidade dos mercados financeiros, criando um **registro público** dos donos e beneficiários últimos de sociedades e fundos de investimento.
- Estender o mencionado registro à identificação de **pessoas físicas** com participação em sociedades, associações civis, fundações e fundos comuns de investimento.
- Excluir da **contratação pública** empresas que, injustificadamente, radiquem ou tenham presença em paraísos fiscais e favorecer a contratação de empresas que assumem um maior nível de responsabilidade fiscal.
- Ampliar e fortalecer os mecanismos de intercâmbio de **informação fiscal** entre administrações tributárias, mediante a automatização e o fortalecimento técnico e humano das entidades.

4. Elevar ou criar taxas sobre rendimentos de capital

Esta medida é particularmente necessária em países com sistemas duais ou sem tributação aplicável a poupanças, regalias, dividendos, interesses ou lucros de capital. No contexto de contração global, muitas empresas optaram por **congelar a distribuição de dividendos** a seus acionistas, priorizando a proteção da atividade econômica sobre os benefícios do capital. Isso

permite às empresas responder de melhor forma à paralização econômica, ter capacidade de reinvestimento e proteger o emprego. Portanto, seria lógico que as empresas que, contrariamente, optam pela distribuição de dividendos, tenham uma contribuição tributária maior.

5. Revisar os impostos sobre a propriedade

Esses são impostos que em seu desenho podem adotar um caráter muito progressivo e serem arrecadados tanto no âmbito central como subnacional, o que ajuda a gerar recursos diretos para o fortalecimento dos orçamentos locais. Atualmente, é necessário **melhorar sua eficácia**, reforçando os cadastros e ajustando as cotas de valorização.

6. Revisar os incentivos tributários⁷⁴

Na região, o custo dos incentivos tributários representa aproximadamente 50% do total do investimento em saúde pública, o que demonstra a urgência de avançar em uma **revisão e racionalização** integral que permita garantir um retorno social efetivo.

Em termos práticos, isso supõe uma **série de medidas** que incluem marcos de avaliação custo/benefício, mecanismos de governança mais objetivos, revisões periódicas quantitativas e critérios de imparcialidade em sua designação, entre outras⁷⁵.

7. Estabelecer um novo pacto fiscal e reforçar a cultura tributária

É primordial recuperar a confiança da sociedade sobre a política fiscal, avançando, mediante um **novo pacto fiscal**, na construção de um modelo tributário baseado em princípios de suficiência, equidade, justiça de gênero e ambiental.

ESSE É O MOMENTO DECISIVO PARA QUE A RIQUEZA CONTRIBUA DE FORMA CRUCIAL PARA A PROTEÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE

Devemos ver os países não só unidos para vencer o vírus, mas também para fazer frente a suas profundas consequências. Isso significa desenhar políticas fiscais e monetárias capazes de apoiar a provisão direta de recursos para apoiar os trabalhadores e os lares, a provisão de seguros de saúde e de desemprego, o aumento da proteção social e o apoio às empresas para evitar as quebras e as perdas massivas de postos de trabalho. O que se necessita é uma resposta multilateral em grande escala, coordenada e ampla que ascenda ao menos a 10% do Produto Interno Bruto mundial. (...) O que o mundo necessita agora é solidariedade. (António Guterres, Secretario General da ONU⁷⁶)

Não podemos cair nos erros do passado, quando planos de ajuste estrutural ou respostas às múltiplas crises significaram desinvestimento nas políticas sociais, em baixos níveis de proteção social e até em retrocessos democráticos. As explosões de descontentamento social que mostraram sua face amarga no segundo semestre do ano passado devem ser um sinal de alerta. Tentar retornar à “normalidade” não é suficiente. O que se vivia na região antes não pode ser considerado normal. Existem abismos profundos causados pelas desigualdades.

A região está em uma encruzilhada. Não se trata apenas de superar a crise da saúde, mas de dar início a novas bases econômicas, políticas e sociais que permitam enfrentar as incertezas do futuro com maior robustez e resiliência. Como região, é necessário assumir o desafio e a obrigação de lutar contra a doença, proteger aqueles que mais precisam e reconstruir nossas economias, superando injustiças, desigualdades e insustentabilidades do passado. Os desafios são múltiplos e a pressão por recursos é alta. A renegociação da dívida, a AOD e a cooperação multilateral serão elementos vitais, mas não suficientes.

É o momento decisivo para reconstruir os sistemas tributários da região, eliminando distorções e privilégios. Quem concentra riqueza deve entender que uma economia devastada também compromete o futuro privado. Por isso, é essencial aplicar novas medidas tributárias que garantam uma maior e mais justa arrecadação. A Oxfam aposta em uma combinação de medidas urgentes, como o imposto de emergência sobre grandes fortunas, juntamente com a recuperação das agendas até agora deixadas de lado. São medidas necessárias, viáveis, possíveis e justas

que, em nenhum momento, comprometem a sustentabilidade ou a recuperação econômica a médio ou longo prazo.

Tão importante quanto o financiamento, deve ser a orientação do gasto dos recursos públicos para enfrentar a crise. Devem ser estabelecidos mecanismos eficazes de transparência, controle e priorização de gastos, que impeçam desvios, ineficiência ou corrupção. As prioridades de gastos estão dadas, mas devem enfrentar anos de escassa dotação de recursos e baixa qualidade de serviços. Em primeiro lugar, deve-se proteger a vida, o que implica garantir os gastos com saúde, segurança alimentar e subsistência de todas as pessoas sem renda suficiente, investindo nos sistemas de seguridade social e trabalhista, sistemas nacionais de atenção e cuidados que permitam abordar o trabalho de cuidados que recaem de forma desproporcional em mulheres e meninas, subsídios à habitação e serviços públicos. Debates como o de uma renda básica ou renda mínima vital também começam a surgir como forma de avançar na garantia de direitos para todas e todos.

A sociedade e os Estados da América Latina e Caribe sabem das dificuldades associadas à implementação de medidas redistributivas como as que aqui se propõe, medidas que colocam o benefício do conjunto acima do benefício de poucos. É sabido o poder que certas elites têm em moldar políticas públicas em seu benefício ou evitar aquelas que reduzam seus privilégios. As políticas fiscais são, talvez, as mais frequentemente capturadas na região⁷⁷. O desafio para governos e cidadãos é garantir que essas propostas se tornem realidade, denunciando as interferências que buscam alterar o debate público, a tomada de decisões ou sua implementação. Em sociedades como as latinoamericanas, a redução das desigualdades e a construção de sociedades democráticas que garantam o bem-estar de todas e todos devem ser os pilares do dia seguinte à crise da Covid-19.

Essa é uma contribuição da Oxfam para o debate sobre o caminho a ser trilhado por nossas sociedades, a partir de uma perspectiva de equidade, de justiça social e dos direitos humanos.

NOTAS

Todas as fontes online foram revisadas em junho de 2020.

- 1 Segundo cálculos da Oxfam com base em dados da *Forbes* de março e junho de 2020. Ver Nota Metodológica da Oxfam que acompanha este informe.
- 2 CEPAL. (12 de maio de 2020). El desafío social en tiempos del COVID-19. *Informe Especial COVID-19*, (3). Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45527/S2000325_es.pdf
- 3 Segundo cálculos da Oxfam com base em dados da *Forbes* de março e junho de 2020. Ver Nota Metodológica da Oxfam que acompanha este informe.
- 4 Pineda, E., Pessino, C. y Rasteletti, A. (21 de abril de 2020). Política y gestión fiscal durante la pandemia y la post-pandemia en América Latina y el Caribe. Disponível no blog Recaudando Bienestar - BID: <https://blogs.iadb.org/gestion-fiscal/es/politica-y-gestion-fiscal-durante-la-pandemia-y-la-post-pandemia-en-america-latina-y-el-caribe/>
- 5 FMI. Emergency Financing and Debt Relief Tracker. (Última consulta: 14 de junho de 2020). A intervenção de urgência do FMI na região até o momento, chega a USD 5,180 bilhões (sem contar as linhas de crédito flexíveis para Peru e Chile). Disponível em <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/COVID-Lending-Tracker#WHD>
- 6 Estimativas da Oxfam sobre a base de dados da *Forbes*. Ver Nota Metodológica. Fontes: <https://taxsummaries.pwc.com/>
- 7 Proposta da Oxfam para a aplicação a nível regional de um imposto sobre as grandes fortunas com carácter progressivo. Se aplicaria sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas, acima de US\$ 1 milhão, isentando a primeira habitação até US\$ 300 mil e um tipo progressivo entre 2 % e 3,5 %. Ver Nota Metodológica.
- 8 Estimativas próprias sobre a base das estimativas realizadas sobre os cálculos de distribuição de riqueza e *Forbes*. Ver Nota Metodológica. Fontes: <https://taxsummaries.pwc.com/>
- 9 Estimativas Oxfam. Ver Nota Metodológica. Fontes várias: FMI, abril 2020. Challenges in Forecasting Tax Revenue. Banco Mundial, junho 2020. The Global Economic Outlook during the COVID-19 Pandemic: A Changed World
- 10 FMI. CDIS data – Coordinated Direct Investment Survey. <https://data.imf.org/?sk=40313609-F037-48C1-84B1-E1F1CE54D6D5>
- 11 Tax Justice Network. Illicit Financial Flows Tracker. Disponível em <https://iff.taxjustice.net/#/>
- 12 CEPAL. (2019). *La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe 2019*. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44697-la-inversion-extranjera-directa-america-latina-caribe-2019>
- 13 FMI. Dados CDIS – Coordinated Direct Investment Survey. Disponível em <https://data.imf.org/?sk=40313609-F037-48C1-84B1-E1F1CE54D6D5>
- 14 CEPAL. (2019). *La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe 2019*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44697-la-inversion-extranjera-directa-america-latina-caribe-2019>
- 15 Neste informe, definimos “resultados extraordinários” como a diferença entre os resultados gerados em 2020 (resultados publicados no fim do primeiro trimestre e atualizados) diante da média dos resultados obtidos nos 4 exercícios anteriores, de 2016 a 2019. Para mais informação, ver o relatório de Oxfam America <https://bit.ly/2OOUqjX> (o material está sendo traduzido para o português e estará disponível no site da Oxfam Brasil em breve.)
- 16 Esses dados foram elaborados pelo **consórcio de veículos de comunicação** no Brasil criado em 8 de junho de 2020, quando o governo federal mudou a forma de divulgar as informações sobre a Covid-19 no país. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>. **Dados referentes ao dia 9 de julho em:** <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/09/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-9-de-julho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>
- 17 Tomazelli, I. (15 de junho de 2020). Desemprego no Brasil pode passar de 14% no fim de 2020, aponta levantamento. Disponível em UOL Economia: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/06/15/desemprego-pode-passar-de-14-em-2020.htm?cmpid=copiaecola>
- 18 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Socioeconômicas (2019). “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, in Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Sócioeconômica – Número 41, IBGE –, https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf
- 19 Dados do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) - <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros.12e8794363447510VqnVCM1000004c00210aRCRD>

- 20 Banco Mundial. (8 de junho de 2020). The Global Economic Outlook during the COVID-19 Pandemic: A Changed World. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2020/06/08/the-global-economic-outlook-during-the-covid-19-pandemic-a-changed-world>
- 21 Sumner, A., Ortiz-Juarez, E. y Hoy, C. (2020). Precarity and the pandemic. Recuperado da página de Internet de UNU-WIDER: <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Working-paper/PDF/wp2020-77.pdf>
- 22 CEPAL. (12 de maio de 2020). El desafío social en tiempos del COVID-19. *Informe Especial Covid-19*, (3). *Op. cit.*
- 23 FMI. (Junho de 2020). *Op. cit.*
- 24 Politi, J. (8 de junho de 2020). Emerging economies forecast to shrink for first time in 60 years. *Financial Times*. Disponível em <https://www.ft.com/content/47998ee3-b2d3-4066-a914-edbf60b797b5>
- 25 Institute of International Finance. (Junho 2020). Capital Flows Tracker: Timid Recovery in Flows. Disponível em <https://www.iif.com/Research/Capital-Flows-and-Debt/Capital-Flows-Tracker>
- 26 CEPAL. (21 de abril de 2020). Dimensionar los efectos del COVID-19 para pensar en la reactivación. *Informe especial COVID-19*, (2). Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45445/4/S2000286_es.pdf
- 27 OMT. (20 de junho de 2020). International Tourism and Covid-19. Disponível em <https://www.unwto.org/international-tourism-and-covid-19>
- 28 Banco Mundial. (22 de abril de 2020). El Banco Mundial prevé la mayor caída de remesas de la historia reciente. Comunicado de Imprensa. Disponível em <https://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2020/04/22/world-bank-predicts-sharpest-decline-of-remittances-in-recent-history>
- 29 UNCTAD. (16 de junho de 2020). Foreign investment in Latin America expected to halve in 2020. Disponível em <https://unctad.org/en/pages/newsdetails.aspx?OriginalVersionID=2398>
- 30 CEPAL. (3 de abril de 2019). Es necesario repensar la informalidad laboral en la región a la luz del cambio tecnológico, coincidieron especialistas en la CEPAL. Disponível em <https://www.cepal.org/es/noticias/es-necesario-repensar-la-informalidad-laboral-la-region-la-luz-cambio-tecnologico>
- 31 OIT. (15 de fevereiro de 2019). América Latina y el Caribe en deuda con la calidad del empleo. Disponível em https://www.ilo.org/americas/sala-de-prensa/WCMS_671577/lang--es/index.htm
- 32 CEPAL. (2019). Evolución y perspectivas de la participación laboral femenina en América Latina. *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe*, (21). Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44916/1/S1900833_es.pdf
- 33 CEPAL. (2019). *Panorama Social de América Latina 2018*. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44395/11/S1900051_es.pdf
- 34 CEPAL. (2019). *Primer informe regional sobre la implementación del Consenso de Montevideo sobre Población y Desarrollo*. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44457/1/S1801012_es.pdf
- 35 ONU Noticias. (6 de abril de 2018). La desigualdad, el gran enemigo de la salud en América Latina. Disponível em <https://news.un.org/es/story/2018/04/1430582>
- 36 CEPAL. (21 de abril de 2020). *Op. cit.*
- 37 OCDE, CEPAL, CIAT, BID. (2020). *Estadísticas tributarias América Latina y el Caribe 2020*. Disponível em <https://www.oecd.org/tax/tax-policy/brochure-estadisticas-tributarias-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>
- 38 CEPAL. (2019). *Panorama Fiscal de América Latina y el Caribe 2019*. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44516/1/S1900075_es.pdf
- 39 CEPAL y Oxfam. (2019). *Los incentivos fiscales a las empresas en América Latina y el Caribe. Documentos de Proyectos (LC/TS. 2019/50)*. Santiago. Disponível em <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620921/tr-tax-incentives-businesses-latin-america-caribbean-090919-es.pdf>
- 40 OECD et al. (2020). *Estadísticas tributarias en América Latina y el Caribe 1990-2018*. Disponível em https://www.oecd-ilibrary.org/taxation/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2020_68739b9b-en-es;jsessionid=E2nCU36PQMso-IURz1cCnvH9O.ip-10-240-5-12
- 41 CEPAL. (2019). *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe*. (LC/PUB.2019/25P). Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45000/88/S1901097_es.pdf
- 42 FMI aprobó línea de crédito flexible por US\$ 11,000 millones al Perú. (28 de maio de 2020). *El Peruano* (Diario Oficial). Disponível em <https://elperuano.pe/noticia-fmi-aprobo-linea-credito-flexible-11000-millones-al-peru->

[96550.aspx#:~:text=El%20Fondo%20Monetario%20Internacional%20\(FMI,de%20duraci%C3%B3n%20para%20fines%20preventivos](#)

- 43 EFE Agencia. (30 de maio de 2020). El FMI aprueba una línea de crédito para Chile por 23.930 millones de dólares. Disponível em <https://www.efe.com/efe/america/economia/el-fmi-aprueba-una-linea-de-credito-para-chile-por-23-930-millones-dolares/20000011-4258975>
- 44 CEPAL. (2020). Acerca de Microempresas y Pymes. Disponível em <https://www.cepal.org/es/temas/pymes/acerca-microempresas-pymes>
- 45 CEPAL (21 de abril de 2020). *Op. cit.*
- 46 CEPR (2020). “El G20 debe pedir al FMI que emita 3 billones de Derechos Especiales de Giro”, afirman economistas del CEPR. Disponível em <https://www.cepr.net/press-release/el-g20-debe-pedir-al-fmi-que-emita-3-billones-de-derechos-especiales-de-giro-afirman-economistas-del-cepr/>
- 47 Seghers, J. (6 de maio de 2020). Whatever it takes: aid and the coronavirus pandemic. Recuperado de la página de Oxfam. Disponível em <https://www.oxfam.org/en/research/whatever-it-takes-aid-and-coronavirus-pandemic>
- 48 Por “graduação” se entende o processo em que um país avança da categoria de renda baixa para a de renda média, até finalmente superar o limite de renda alta.
- 49 Dados de pobreza e pobreza extrema. Ver Panorama Social de América Latina 2019. CEPAL. 2019. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44969-panorama-social-america-latina-2019>
- 50 O Centro de Desenvolvimento da OCDE, a Comissão Europeia, a CEPAL, o BID e o CAF elaboraram o conceito de «Desenvolvimento de transição», cujo resumo conceitual e propostas de políticas podem ser conferidas em [Perspectivas económicas de América Latina 2019: desarrollo en transición](#). CEPAL 2019.
- 51 Oxfam Intermon (2020). *La triple encrucijada de los Países de Renta Media en América Latina y el Caribe. Las oportunidades del Desarrollo en Transición y la Agenda 2030*. Disponível em <https://oxfam.box.com/s/2cgg1api1vlysze5cort0j2xx5d9b7fx>
- 52 CIVICUS e Inn pactia (2019). Acceso a recursos para las organizaciones de la sociedad civil en América Latina. Datos y retos. Agosto 2019. Disponível em https://www.civicus.org/documents/reports-and-publications/civicus+innpactia-informe_sep-2.pdf
- 53 Pineda, E., Pessino, C. y Rasteletti, A. (2020). *Op. cit.*
- 54 FMI. (6 de abril de 2020). Covid-19 Special Notes. Tax Issues: An Overview. Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/SPROLLS/covid19-special-notes>
- 55 OECD (2020). Tax and Fiscal Policy in Response to the Coronavirus Crisis: Strengthening Confidence and Resilience. Disponível em: <http://www.oecd.org/ctp/tax-policy/tax-and-fiscal-policy-in-response-to-the-coronavirus-crisis-strengthening-confidence-and-resilience.htm>
- 56 ICRICT (15 de junho de 2020). *The Global Pandemic Sustainable Economic Recovery and International Taxation*. Disponível em <https://www.icrict.com/press-release/2020/6/14/icrict-report-the-global-pandemic-sustainable-economic-recovery-and-international-taxation>
- 57 CEPAL. (17 de março de 2016). La concentración del ingreso y la riqueza está en el corazón de la desigualdad en la región. Comunicado de prensa conjunto: CEPAL y OXFAM. Disponível em <https://www.cepal.org/es/comunicados/la-concentracion-ingreso-la-riqueza-esta-corazon-la-desigualdad-la-region-cepal-oxfam>
- 58 FMI (2020). Cuestiones tributarias: Panorama general. Serie especial sobre políticas fiscales en respuesta al COVID-19. Disponível em <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/covid19-special-notes/Spanish/sp-special-series-on-covid-19-tax-issues-an-overview.ashx>
- 59 Avi-Yonah, R. (2020). Taxes in the Time of Coronavirus: Is It Time to Revive the Excess Profits Tax? U of Michigan Public Law Research Paper n.º 671; U of Michigan Law & Econ Research Paper n.º 20-008. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3560806>
- 60 O “exit tax” é um imposto de saída aplicado a pessoas físicas que mudam sua residência fiscal a outro país, sobre os lucros de capital, incluindo ganho de capital latente ou ganhos patrimoniais não realizados.
- 61 Kristalina Georgieva: halt bank dividends and buybacks now. (2020) *Financial Times*. Disponível em <https://www.ft.com/content/d85a29fc-9926-11ea-871b-edeb99a20c6e>
- 62 European Central Bank. (27 de março de 2020). ECB asks banks not to pay dividends until at least October 2020. Disponível em <https://www.bankingsupervision.europa.eu/press/pr/date/2020/html/ssm.pr200327~d4d8f81a53.en.html>
- 63 Meredith, S. (19 de maio de 2020). These European countries are refusing to offer bailouts to companies linked to offshore tax havens. *CNBC news*. Disponível em <https://www.cnbc.com/2020/05/19/coronavirus-eu-countries-deny-bailouts-to-firms-linked-to>

- [tax-havens.html](#) Ver também: Government of The Netherlands. Companies receiving government support must abandon undesirable tax avoidance practices (19 de junho de 2020). Disponível em: <https://www.government.nl/latest/news/2020/06/19/companies-receiving-government-support-must-abandon-undesirable-tax-avoidance-practices>
- 64 Cabral, E. (6 de maio de 2020). Tax Justice Network: Estados deben proteger a empleados ante el Covid-19 y no a compañías offshore. *Ojo Público*. Disponível em <https://ojo-publico.com/1793/gobiernos-no-deben-proteger-companias-offshore-ante-el-covid-19>
- 65 Oxfam Intermón. (2020). Que no defrauden. Que no nos defrauden. Disponível em <https://www.oxfamintermon.org/es/coronavirus-crisis-que-no-nos-defrauden>
- 66 Financial Times. (2020). Prospering in the pandemic: the top 100 companies. Disponível em <https://www.ft.com/content/844ed28c-8074-4856-bde0-20f3bf4cd8f0>
- 67 Para mais informação sobre o desenho e aplicação, ver nota metodológica e verificar o informe <https://bit.ly/2OOUqjX>
- 68 Neste informe, definimos “resultados extraordinários” como a diferença entre os resultados gerados em 2020 (resultados publicados no final do primeiro trimestre e anualizados) frente à média dos resultados obtidos nos 4 exercícios anteriores, de 2016 a 2019. Para mais informação, ver <https://bit.ly/2OOUqjX>
- 69 iProUP. (14 de dezembro de 2019). Transformación digital: sus perspectivas de uso en procesos de negocios en Latinoamérica. Disponível em <https://www.iproup.com/innovacion/9838-america-latina-digital-business-transformation-business-digital-transformation-Transformacion-digital-el-futuro-de-su-aplicacion-en-Latinoamerica>
- 70 Netflix duplicó sus ganancias y sumó 15 millones de suscriptores por la cuarentena del coronavirus. (22 de abril de 2020). *Infobae*. Disponível em <https://www.infobae.com/america/tecnologia/2020/04/22/netflix-duplico-sus-ganancias-y-sumo-15-millones-de-suscriptores-por-la-cuarentena-del-coronavirus/>
- 71 Jiménez, P. (17 de março de 2020). Amazon busca contratar a 100.000 personas en Estados Unidos al dispararse los pedidos por el coronavirus. *El País*. Disponível em <https://elpais.com/economia/2020-03-17/amazon-busca-contratar-a-100000-personas-en-estados-unidos-al-dispararse-los-pedidos-por-el-coronavirus.html>
- 72 OCDE. (2020). Estadísticas tributarias en América Latina y el Caribe, 07 de maio de 2020. *Op cit*
- 73 Partington, R. (2020). Germany unveils €130bn coronavirus recovery package. *The Guardian*. 04 de junho 2020. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2020/jun/04/germany-unveils-huge-130bn-coronavirus-recovery-package>
- 74 Grupo de Justicia Fiscal Perú. (Novembro de 2019). Beneficios tributarios: problema fiscal pendiente. Documento de trabajo n.º 1. Disponível em https://cng-cdn.oxfam.org/peru.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/Beneficios_Tributarios_2019.pdf
- 75 Pode-se encontrar a proposta detalhada de medidas sobre incentivos fiscais em *Los incentivos fiscales a las empresas en América Latina y el Caribe*. Oxfam-CEPAL (2019). Disponível em <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620921/rr-tax-incentives-businesses-latin-america-caribbean-090919-es.pdf>
- 76 Guterres, A. (2020). Presentación del informe sobre los efectos socioeconómicos de la COVID-19. Presentación del Secretario General de la ONU, António Guterres. 31 de março 2020. Disponível em <https://www.un.org/es/coronavirus/articles/launch-report-socio-economic-impacts-covid-19>
- 77 Cañete, R. M. (2018). *Democracias capturadas, el gobierno de unos pocos*. Oxfam Internacional. Disponível em <https://www.oxfam.org/es/informes/democracias-capturadas-el-gobierno-de-unos-pocos>



OXFAM

Oxfam é uma confederação internacional de 20 organizações nacionais que trabalham juntas em um total de 90 país, como parte de um movimento global a favor da mudança, para construir um futuro livre da injustiça, das desigualdades e da pobreza. Para maiores informações, visite a página da Oxfam Brasil www.oxfam.org.br ou de outras afiliadas. Você também pode nos contatar através do email: contato@oxfam.org.br

Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)
Oxfam América (www.oxfamamerica.org)
Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)
Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)
Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)
Oxfam na Bélgica (www.oxfamsol.be)
Oxfam França (www.oxfamfrance.org)
Oxfam Grã-Bretanha (www.oxfam.org.uk)
Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)
Oxfam IBIS (Dinamarca) (<https://oxfamibis.dk/>)

Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)
Oxfam Intermón (www.oxfamintermon.org)
Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org)
Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)
Oxfam México (www.oxfammexico.org)
Oxfam Nova Zelândia (www.oxfam.org.nz)
Oxfam Novib (www.oxfamnovib.nl)
Oxfam Quebec (www.oxfam.qc.ca)
Oxfam África do Sul (www.oxfam.org.za)
KEDV (www.kedv.tr/)



